PESCADORES DA MODERNAGEM: MEMÓRIA E CONFLITO SOCIAL NA ILHA DE ITAPARICA-BAHIA (1960-1990)

Wellington Castellucci Junior [1] (wcastellucci@yahoo.com.br; wcastelluccijunior@gmail.com)

[1] Professor Adjunto IV de História da América Latina da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Av. Professor Magalhães Neto, 735, Ed. Maison D'Argent, Aptº 1102, Bairro – Pituba, Salvador, Bahia, Brasil, CEP – 41810-011

RESUMO

O presente estudo discute aspectos das transformações espaciais e da vida quotidiana ocorridas numa vila de pescadores, de nome Tairu, situada na ilha de Itaparica, entre os anos 1960-1990. O trabalho debate a importância do uso da fonte oral como método de investigação histórica para surpreender dimensões dos modos de vida de sujeitos históricos nem sempre privilegiados pela historiografia tradicional. Nesse particular, uma breve descrição sobre as relações de trabalho, o lazer, os processos de expropriação territorial e da cultura local são enfocados ao longo do artigo.

Palavras-chave: Cultura; Trabalho; Territorialidade.

Fishermen of the Modernization: memory and social conflict on the island of Itaparica-Bahia (1960-1990)

ABSTRACT

The present work investigates aspects of land transformations and daily life in Tairu, a village of fishermen in the Itaparica Island, between the years 1960-1990. This study discusses the importance of interviews and records of locals as a source and method of historical investigation in order to capture the dimensions of the way of living of the historic subjects not always privileged by traditional history. Particularly, a short description about work relations, their way of amusement, the processes of land loosing and the local culture are focused along this article.

Keywords: Culture; Work; Territoriality

.

INTRODUÇÃO

As populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil, em suas diversas temporalidades, sempre foram objeto de estudo dos pesquisadores das áreas da Antropologia e da Sociologia (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994; MANESCHY, 1995; ZARUR, 1984). Até à década de 1970, poucos historiadores brasileiros se arriscaram num campo considerado "espaço de conhecimento restrito aos profissionais das Ciências Sociais" (ELLIS, 1968; IVO, 1975). Atualmente, ao lado dos estudos sociológicos (RAMALHO, 2006), floresce um ramo da História Social atento em capturar vozes esquecidas de parcelas dessas populações que, por algum tempo, ficaram marginalizadas por uma historiografia que valorizou o estudo da experiência histórica das camadas sociais em terra firme, deixando de enfocar os modos de viver de indivíduos que subsistem do que é retirado dos mares e dos rios (THOMPSON, 1998; WILLIAMS, 1969; BRAUDEL, 1991).

Torna-se essencial salientar a importância que teve a emergência dos estudos sobre populações litorâneas e ribeirinhas no Brasil. Tais estudos não se limitam àqueles sujeitos dedicados à atividade da pesca e à mariscagem, mas também aos que trabalham no cultivo de gêneros alimentícios nas áreas marginais dos rios e dos oceanos, dos que viveram e ainda vivem de práticas artesanais seculares, como é o caso dos oleiros que fabricam artefatos de argila comercializados em diferentes mercados Brasileiros. (BARRETO, 2000; BLUME, 2011).

Também é importante destacar os papéis desempenhados pelas escolas europeias e norte-americanas na formação de novos investigadores,

cujas atenções se voltam para a análise da vida, do labor e de toda a estrutura sociocultural de tais populações. Essas orientações, de natureza teórico-metodológica, foram determinantes para historiadores abraçarem essa temática de grande relevância acadêmica e engajada politicamente. A principal delas foi a superação da engessada noção de tempo do historiador. Ancorados no legado de algumas correntes racionalistas do século XIX cultivaram a crença na definição daquilo que deveria ser objeto de observação dos historiadores e o que seria destinado aos cientistas sociais. Para os signatários dessas correntes, quanto mais distante temporalmente do acontecido, maior seria a credibilidade da investigação realizada pelo historiador.

Nos anos noventa, quando a História Oral já se tornara realidade nas academias brasileiras, Marieta de M. Ferreira e Janaína Amado organizaram uma coletânea contendo ensaios de pesquisadores da oralidade (FERREIRA & AMADO, 1996,). Entre os ensaios contidos naquele livro, um deles, escrito por Alistair Thomson, em parceria com Michael Frisch e Paula Hamilton, salientou algumas críticas feitas à história oral quando ocorreu a sua retomada na Grã-Bretanha e na Austrália, na década de 1970:

> O principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado. Por trás dessas críticas estava a preocupação de que a democratização do ofício de historiador fosse facilitada pelos grupos de história oral, além do menosprezo pela aparente 'discriminação' da história oral em favor das mulheres, dos trabalhadores e das comunidades minoritárias. (THOMSON *et al.*, 1996, p. 66).

Um dos fatores que contribuiu para a superação dessas questões foi o profícuo diálogo da História com a Antropologia, em especial às contribuições de historiadores italianos como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, além dos temas inovadores introduzidos pela terceira geração dos Annales. Ainda que não desenvolvessem estudos sobre o tempo presente, eles influenciaram pesquisadores brasileiros no que tange ao trato das fontes ao se aproximarem de enredos até então desconhecidos do leque de temas cristalizados pela clássica historiografia. "O queijo e os vermes" (GUINZBURG, 1982), "A herança imaterial" (LEVI, 2000), os estudos sobre bruxarias e heresias (DELUMEAU, 1999), foram referenciais teóricos para que investigadores brasileiros fizessem pesquisas acerca de problemáticas semelhantes, observando procedimentos metodológicos, enfatizando a dimensão subjetiva das evidências históricas, além de incorporarem questões sobre memória e história.

Ao fazerem essa operação historiográfica, os autores dos livros acima citados aplicaram o recurso daquilo que ficou conhecido como "redução da escala de observação" (REVEL, 1998). Eles restringiram o universo da pesquisa a uma área de menor dimensão, a exemplo do estudo de uma vila, de uma pequena região ou de uma comunidade rural, numa temporalidade bem menor. Assim, puderam aprofundar suas análises, fazendo uma imersão microscópica no universo mental de uma geração de sujeitos, o que ajudou a compreender a mentalidade de boa parte da população de um lugar, a partir de reminiscências contidas em um interrogatório de um esquecido moleiro da velha Itália, como fez Ginzburg. Seus resultados foram importantes para surpreender peculiaridades culturais arraigadas na tradição local; "herança imaterial", para usar uma categoria formulada por Giovanni Levi.

Essas contribuições vieram acompanhadas de outra importante inovação: a ampliação de fontes disponíveis para o escrutínio dos historiadores. A iconografia, a literatura, o cinema, correspondências entre pessoas comuns, diários de mulheres, manuscritos de líderes operários e de camponeses são alguns exemplos.

A segunda mudança teórico-metodológica foi a inclusão da oralidade. O seu recurso como fonte e metodologia revelou a vida e a trajetória de pessoas até então desconhecidos, prestando enorme contribuição aos estudiosos das populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil. Ausentes, na maioria das vezes, nos registros oficiais, esquecidos pelos poderes públicos, esses sujeitos viveram à sombra de uma perspectiva histórica que focalizou muito o mundo urbano ou o camponês. Os romancistas os descreveram como habitantes de um

mundo bucólico e aparentemente imutável. Daí o seu conteúdo ficcional e não histórico, na concepção de alguns historiadores.

Outra dificuldade recaía sobre a relevância de temas dessa ordem: afinal, qual a importância de estudar um povo destituído de "identidade de classe"? Teriam os sujeitos que habitam essas regiões uma história a ser contada? Nas últimas décadas vários historiadores lançaram olhares sobre os modos de viver dessas populações, publicaram estudos e consolidaram uma vertente da História Social dedicada a estudar, a memória, a vida de pessoas, e não a História de uma suposta classe homogênea. (THOMPSON,1981)

Neste texto problematizamos a memória e a trajetória de dois pescadores entrevistados nos anos 1990, cujos depoimentos serviram de fontes para a produção de nossa Dissertação de Mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1999. Com base nesses depoimentos analisamos as diferentes interpretações dadas pelos pescadores, nativos de uma vila da ilha de Itaparica, a respeito das transformações porque passaram aquela localidade como consequência das políticas de modernização e especulação imobiliária.

DO MÉTODO E DAS FONTES

Em princípios da década de 1990, com o intuito de fazer um estudo sobre a história de vida dos moradores de uma vila de pescadores da ilha de Itaparica - Bahia, chamada Tairu, procedemos à pesquisa de campo para realizarmos entrevistas gravadas com os chamados "nativos" daquela localidade.

A opção inicial foi a de colher entrevistas com os moradores mais antigos do lugar, pois a nossa hipótese preliminar era a de que teria havido, na ilha de Itaparica, um processo de expropriação territorial e, consequentemente, a marginalização de parte da população nativa. Tal marginalização era consequência da intensificação da montagem de uma infraestrutura para atender à expectativa do mercado imobiliário, o qual buscava transformar Itaparica em um grande balneário turístico.

Esse processo de mudanças radicais em Itaparica ocorreu a partir do final dos anos de 1960, acentuou-se na década seguinte, sendo, os anos 1980, o ápice dessas transformações, simbolizados pela inauguração do Club Mediterrané em Itaparica. Assim, a intenção era a de gravar entrevistas com pessoas que vivenciaram as mudanças, das quais foram partes constitutivas, e entender, na perspectiva delas, como se deram tais transformações históricas e, em que medida, como elas lhes afetaram.

Ao todo entrevistamos 16 moradores da localidade, sendo apenas um deles oriundo de outro lugar, um migrante do Ceará, nosso primeiro entrevistado e principal interlocutor que nos conduziu aos demais sujeitos. A maioria dos depoentes foi do sexo masculino, cujas profissões reveladas foram pescaria e o trabalho de roça. Mas também tivemos entrevistas de três senhoras, todas esposas dos pescadores, portanto, residentes na localidade e que se declararam domésticas.

Convém salientar que, exceto o migrante do Ceará, todos os depoentes eram pessoas que possuíam algum tipo de vínculo familiar entre si, sendo irmãos, primos e cunhados, além de sobrinhos. Portanto, eram filhos e parentes do proprietário da fazenda de nome Matange que deu origem à vila de Tairu. Entrevistá-los tornou-se então, uma questão fundamental para entendermos como havia transcorrido um processo histórico que norteou a hipótese da nossa pesquisa, agora em andamento.

Outro aspecto interessante de destacar é que todos aqueles senhores e aquelas senhoras possuíam faixa etária acima dos sessenta anos e, embora fossem considerados idosos, ambos apresentaram alto nível de serenidade e recordaram, com muita facilidade, de aspectos relevantes em suas vidas e do quotidiano do povoado do Tairu em suas diferentes temporalidades.

A maior parte deles concedeu apenas uma entrevista. Elas foram pontuais, agendadas previamente, duraram aproximadamente 60 minutos e, em geral, foram realizadas nas casas dos moradores: nas varandas ou nas salas. Destacou-se, entre todos eles, porém, um dos entrevistados e um dos personagens centrais desse texto: o nativo

conhecido por Zinho Lima. Ele foi, além de peça fundamental na investigação, aquele que mais fez questão de conceder entrevistas. Nós nos encontramos por três oportunidades para gravar as suas lembranças, e foram várias horas de memórias.

Vale ressaltar que, mesmo com menor tempo de gravação, todos falaram bastante de suas experiências de vida e suas memórias indicaram importantes caminhos a serem seguidos no desdobramento da investigação. Assim, cada encontro, realizado na vila de Tairu, gerou depoimentos importantes e, a partir de cada um deles, novas questões foram formuladas e novas perguntas eram feitas aos próximos sujeitos, nos encontros. Os historiadores da oralidade costumam denominar essa técnica de "bola de neve" e esse tem sido um procedimento bem interessante, apresentando bons resultados na produção de fontes orais e da memória.

Quando optamos por trabalhar com história oral, temos em vista a dimensão da memória e a importância da história de vida na construção de narrativas históricas. Sujeitos narram parte do passado, conforme a sua percepção dos acontecimentos, a avaliação e a interpretação que fazem do tempo presente. Também revelam, parcialmente, aquilo que guardaram como lembranças que fazem parte do mosaico de acontecimentos considerados extraordinários em suas vidas e para a vida da comunidade. Com isso, escolhem e selecionam o que entendem ser os aspectos mais relevantes, expressando-os em narrativas coerentes ou cheias de idas e vindas em múltiplas temporais. Por sua vez, evitam, ou descrevem, de forma metafórica, coisas que não lhes convém trazerem à baila.

O investigador se depara constantemente com esses desafios, assim como com a frequência das pausas e silêncios, elevação da voz e ênfase em passagens desconexas na história de vida dos entrevistados. Tais elementos subjetivos, que descrevem modos de vida da comunidade estudada, são somente perceptíveis após proceder à escuta atenta das vozes gravadas dos seus depoentes. Trata-se de um exercício repetitivo e paciente de escutar, por longas horas, as falas para assim capturar, sutilmente, dimensões do quotidiano, presentes nas falas, muitas das quais não explicitam, cabalmente, o que o pesquisador gostaria de saber.

Sendo assim, para nós, a importância da fonte oral não reside na transcrição literal da verbalização para a linguagem escrita. Proceder dessa forma terminaria por extrair importantes aspectos subjetivos da oralidade, perceptíveis somente na escuta. Portanto, silêncios, hesitações, constrangimentos, elevação da tonalidade da voz, tensões e outras variáveis estão presentes somente na fala; são sensibilidades impossíveis de serem traduzidas para a linguagem escrita. Ou seja, para nós, a fonte é a voz e não a transcrição do que foi dito.

Assim, procedemos em nossa pesquisa local, na construção da fonte oral baseando-nos no princípio do relato espontâneo, por isso não formulamos questões fechadas e deixamos a cargo dos entrevistados seguir com as suas narrativas a partir de uma questão inicialmente colocada: *falem da sua história de vida*. Com efeito, durante as nossas investigações, duas coisas se sobressaíram como resultado das várias horas de gravação e escuta das entrevistas.

Primeiro: como era a vida na vila de Tairu até meados dos anos 1970, e como se vivia na fazenda que deu origem ao povoado, conhecida por Matange. De acordo com as lembranças dos depoentes, ao se reportarem à fazenda Matange, eles demarcavam uma dimensão temporal que girava em torno dos anos 1930-1960. Dessa forma, eles denominaram a época da Matange como *o tempo dos antigos*. Segundo: De igual modo, também brotaram das memórias outro tempo: o do Tairu, o qual eles denominaram *tempo da Modernagem*. Essa teria sido a época das grandes mudanças no panorama arquitetônico de Itaparica e em toda a sua vida quotidiana, sobretudo com a individualização da pesca, ocorridas a partir do final da década de 1960.

Para entendermos mais a respeito das transformações surgidas na ilha de Itaparica durante o tempo enfocado pelos entrevistados, fizemos um levantamento de documentos diversos para percebermos a conjuntura da Bahia e as

repercussões das políticas "desenvolvimentistas" aplicadas à ilha de Itaparica, ocorridas, justamente, nessa época. Assim, foram analisados jornais, dados dos censos, documentos das Secretarias de Governo, mapas, documentos oficiais, além de farta bibliografia.

No presente texto optamos por trabalhar com as memórias de dois entrevistados, o Zinho Lima e Barreira, ambos, filhos do antigo proprietário da fazenda Matange e pescadores da vila de Tairu. As narrativas desses dois sujeitos surpreenderam aspectos importantes das duas temporalidades acima mencionadas porque suas falas expressam diferentes experiências de um mesmo processo histórico vivido por eles. Assim, tempo da Matange e tempo da modernagem foram interpretados de maneiras diferentes. E aqui exploramos algumas das dimensões de suas memórias.

Ademais, informações colhidas de outras entrevistas também ajudaram na articulação de contextos e detalhes acerca das relações de trabalho, das festas, da divisão da pesca, da vida familiar, das alterações nas relações entre as pessoas do lugar e outros indicativos de mudanças que foram percebidos pelos membros da localidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

> *Não foi só isso aqui, não só foi aqui só. A ilha toda modificou depois da balsa. Aí porquê meu pai logo morreu, ficou os filho. Nisso chegou, quando ligou a balsa com a Ilha e fez essa ponte de Nazaré, aí a Ilha, quer dizer, que apareceu logo os atravessadores. Logo foi arrematando.*[1]

Por volta de meados da década de 1990, a vila de Tairu, assim como outras povoações de Itaparica, historicamente ocupadas por pescadores, já havia passado por profundas mudanças nos aspectos espaciais, arquitetônicos e no perfil da sua população. Os remanescentes da população nativa estavam, aparentemente, invisibilizados pela intensa circulação de veranistas e turistas no cento da localidade. Mesmo assim, surpreendentemente, havia antigos moradores nativos, resistindo a processos de expropriação territorial e de marginalização social resultantes do rápido movimento de urbanização do território insular.

Essas modificações fizeram parte de um contexto histórico vivido em boa parte do Recôncavo baiano. A partir da metade dos anos de 1960 e inícios dos anos setenta, assistiu-se a um crescente movimento migratório de pessoas para a capital, motivadas pelas facilidades criadas pela ampliação das vias de acesso ligando Salvador à Ilha e ao interior. E assim, no período de trinta anos a população itaparicana triplicou. [2]

No âmago dos projetos de melhorias dos sistemas rodoviários, planejados pelos governos militares, Itaparica se constituiu em um corredor estratégico para a evacuação dos gêneros agrícolas provenientes do Recôncavo Sul baiano. A rodovia asfaltada, ligando esta região a Itaparica e, por meio do sistema *Ferry Boat*, a Salvador, reduziu a distância entre o Recôncavo e a capital (OSÓRIO, 1979). Após mais de trinta anos decorridos desse processo histórico, importante é observarmos como a fala dos nativos se reportaram a esse momento. O depoimento de Barreira, o João Lima, transcrito acima, ganha assim sentido e tem muito a nos dizer.

Com a mesma dinâmica que construíam imagens de um lugar sofisticado, voltado para a satisfação de visitantes, alguns jornais informavam, em suas matérias, os sintomas de um processo de exclusão social em diversos sentidos. [3] Ainda assim, na década de 1970 ainda eram visíveis as

[1] João Lima, depoimento colhido em 16 de agosto de 1996.

[2] Relatórios da CONDER – Companhia do Desenvolvimento da região Metropolitana do Salvador. A população total de Itaparica na década de 1970 estava calculada em 12.003 habitantes distribuídos nos seus vários povoados, residindo a maior parte na zona rural. Na década de oitenta, não ocorreu um aumento populacional elevado, passando para 13.743 habitantes. Contudo, houve uma rápida concentração de pessoas em áreas consideradas urbanas; Enquanto 1.717 estavam residindo em zona rural, 12.026 já estavam nas cidades ou vilarejos. Em 1991, porém, a população total de Itaparica dobrou com acentuada concentração populacional na zona urbana e uma taxa de urbanização de 91, 70% e uma taxa de densidade demográfica de 104,7 hab/km2. Fonte IBGE e CEI cadernos do IBGE p.249-255, 1994.

[3] Refiro-me aqui a um artigo do jornal Correio da Bahia, publicado em 10 de fevereiro de 1984. Sua manchete sugere o modo como as áreas destinadas à construção de condomínios fechados foram projetadas e outras destinadas à ocupação por parte dos "farofeiros", descritas de maneira preconceituosa pelo conselho editorial do jornal.

imagens de um lugar cujo estilo de vida divergia do existente nos centros urbanos. Um observador visualizava nas localidades, pela manhã, mulheres e crianças, munidos de *panacuns, balaios de sipó, jererés*, pequenas facas e colheres, seguirem para as areias da praia. Iam mariscar. Agachados e "ciscando" a areia, retiravam dali um dos alimentos da dieta alimentar: o *chumbinho*. Também pegavam a *lambreta*, o *sarnambi* e, dos mangues, retiravam a *ostra* existente em grande quantidade. Por volta das nove horas da manhã uma fila de mulheres, com as suas crianças, subia as trilhas, na direção das suas casas. O trabalho não terminava ali, pois o cozimento dos mariscos e a sua cata era a pior etapa do processo de produção do alimento.

Outras mulheres desciam para os mangues, acompanhadas de crianças, para lhes ensinar a capturar *caranguejos* e *siris*, habitantes do terreno argiloso onde os seus caçadores afundavam quase que a perna inteira ao adentrar ao ambiente. Trabalho penoso que, no fim da manhã, rendia àquelas pessoas cordas daqueles crustáceos de "bocas" saboreadas por veranistas e nativos. Mais tarde, canoas se aproximavam das enseadas. Chegavam cheias de peixes, como a *tainha*, a *sardinha*, a *xumberga*, capturadas em redes de espera e de arrasto. Também traziam muito camarão, resultado de um trabalho iniciado nas primeiras horas da manhã, em qualquer época do ano.

Após chegarem às praias e atracarem as embarcações, muita gente corria para descarregar as mercadorias. Outros queriam adquirir os frutos do mar. Logo, assistia-se a um corre-corre de pessoas com cestos sobre as cabeças, cheios de pescado e camarão, sendo levados a uma praça onde eram vendidos ou conduzidos às suas casas. À Frente das casas estavam dispostas "camas de palhas" e, sobre elas, colocava-se o pescado não comercializado até o meio dia, que era tratado e salgado para conservá-lo. Assim, aproveitavam o alimento por mais tempo na dieta alimentar, complementada com legumes, plantados nos quintais, e raízes cultivadas nos roçados.

Um dos aspectos determinante para a manutenção do sentido gregário das comunidades litorâneas de Itaparica eram os vínculos familiares, o sentimento de pertencimento do lugar e a execução do trabalho feito de forma coletiva, considerando a divisão por sexo e idade. Esses modos de vida vinculavam os membros do grupo e mantinha como centro das preocupações, a manutenção e a reprodução da comunidade gregária.

Esse cenário ficou registrado nas memórias de muitas pessoas que conheceram Itaparica nas décadas de 1960 e 1970. Mas, na década de noventa, muita coisa havia-se modificado em toda Itaparica. E aqui, uma questão importante se impôs como problemática de estudo: onde estariam os nativos, especialmente da vila da Tairu? Estariam ainda vivos e ainda moravam ali?

Por intermédio de um pescador, natural do Ceará e morador ali há poucos anos, fizemos contatos com os "antigos nativos do Tairu", aqueles que se proclamavam "descendentes do fundador do lugar", o proprietário da fazenda Matange. Tal afirmativa expressava o caráter identitário e o sentimento de pertencimento ao local. Logo, a maior parte deles manifestou vontade em conceder entrevistas, as quais foram feitas na própria localidade de Tairu.

Para a maior parte dos entrevistados, falar de Tairu, da fazenda Matange, e das suas trajetórias significou um desabafo. Em certas situações houve tristeza, melancolia, bucolismo, sentimentos de alegria em recordar um tempo onde, segundo eles, as formas de solidariedade e a união no trabalho revelavam o caráter coletivo das relações humanas e laboriosas. Tratava-se de formas menos individualistas de se apropriar dos resultados da pescaria, além de expressar a preocupação em cuidar dos parceiros e parentes do lugar. Os relatos traduziam, assim, experiências descritas de forma desconexa que precisavam ter sentido numa narrativa histórica.

Assim, o tratamento da memória, especialmente, de dois pescadores, nos colocou diante de um enfrentamento teórico e metodológico do qual não poderia fugir. Pessoas narram o passado de maneira bastante peculiar e, como assinalou Thomson, explorar os significados subjetivos das experiências vividas, a natureza da memória individual e da memória coletiva, podem ser a chave para o entendimento das diferentes conotações que cada um atribui ao passado (THOMSON, 1997, p. 52).

A questão central então foi o sentido que a

maioria dos entrevistados deu às suas trajetórias e à própria história do lugar. Os tempos históricos, inscritos nas recordações de cada um, sempre tiveram início e final demarcados por um ou mais eventos trágicos ou vultosos. Um dos aprendizados na pesquisa com oralidade é a de que os tempos das memórias não convergem, na maioria das vezes, com os tempos históricos cristalizados pela história oficial, ou a de uma história que estabelece rupturas baseando-se em episódios de grandes proporções internacionais. Assim, se guerras mundiais, "revoluções" e golpes de Estado definem o final de uma era e dar início a outra, no campo das memórias são outros eventos que dão sentido à vida e apontam mudanças.

Nas lembranças dos moradores de Tairu, três épocas marcaram suas vidas: *o tempo do cativeiro, o tempo da Matange Grande e o tempo da Modernagem*. O primeiro fora revelado como uma reelaboração dos relatos dos antepassados; época que nenhum deles alcançou. Por sua vez, todos ainda tinham lembranças de histórias contadas por seus avós e pais, quando descreviam o tamanho da fazenda Matange, cujos limites iam da costa à contra-costa de Itaparica. De forma específica, todos os entrevistados se prenderam às duas últimas temporalidades, embora cada um narrasse como vivenciou a experiência do que eles designaram de *modernagem*.

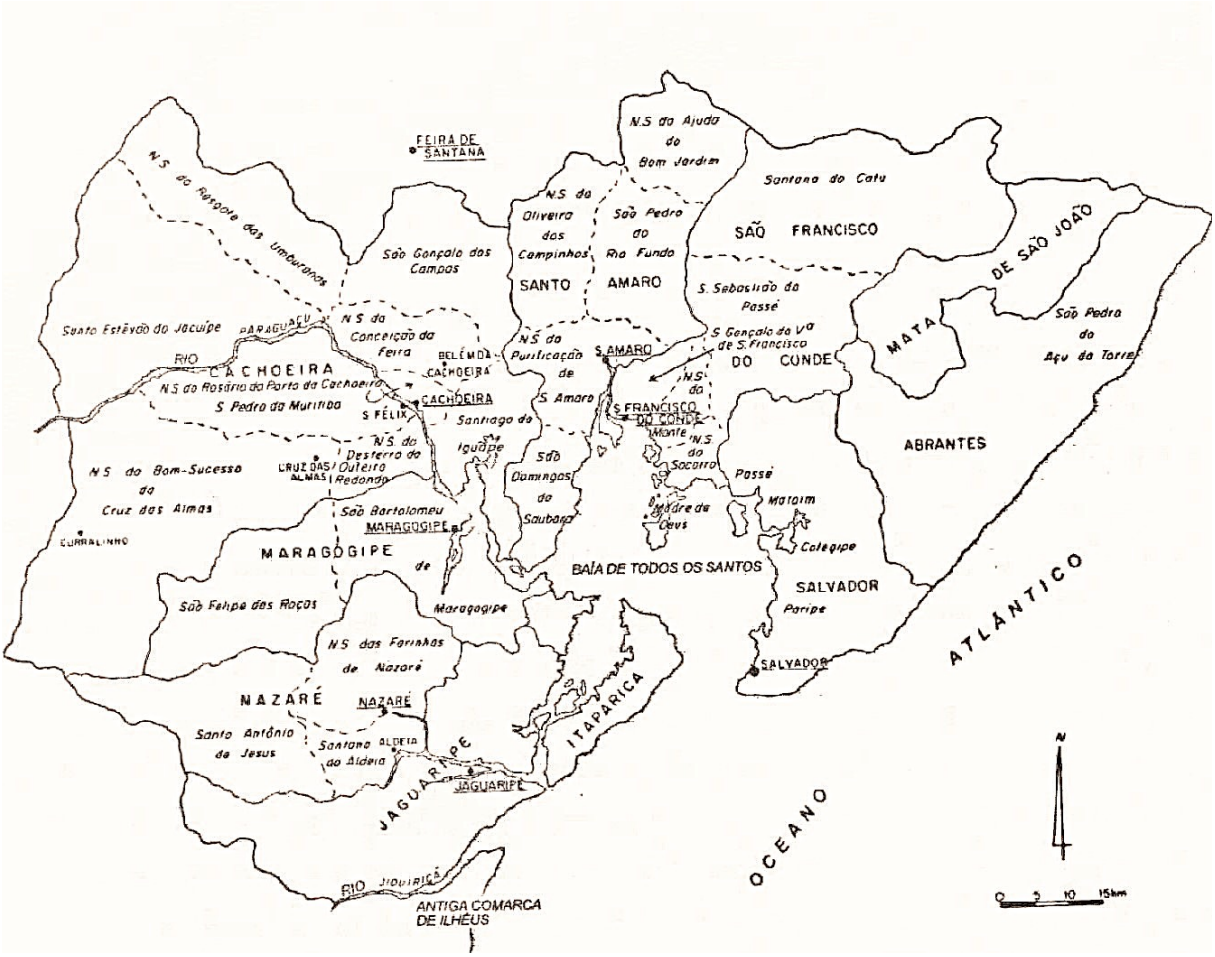

Figura 1. Mapa do Recôncavo Baiano e Salvador. Fonte: Pastas dos Municípios – IBGE. CEI- Seplantec. Salvador, Bahia.

Na década de 1930, havia uma fazenda chamada Matange, o seu proprietário era Clementino Maximiliano de Lima, o patriarca dos *Lima*, sobrenome de todos os entrevistados. Na fazenda, plantavam tubérculos, coletavam a piaçava, cultivavam o dendê, faziam os pacotes de lenha, enviados para a capital e cidades do interior onde serviam de combustível para as fornalhas das padarias e algumas fábricas. A pesca litorânea era feita sobre canoas, os conhecidos *batelões*. Sobre

eles, os pescadores lançavam redes "caçoeiras", "arraeiras" e davam lance da rede de arrasto, chamada de "calão", cuja puxada exigia a participação de grande quantidade de gente. A puxada da rede simbolizava o trabalho coletivo e os resultados eram partilhados entre os participantes da empreitada.

Nesse tempo, todos os moradores da fazenda possuíam relações de parentesco, exceto alguns trabalhadores contratados para os afazeres da roça, do trato dos porcos e dos pesqueiros. Assim, duas gerações viveram nessa fazenda trabalhando na lavoura e na pesca e, independente da distância e da ausência de meios de transportes eficientes como os atuais, eles nunca viveram completamente isolados e desconectados dos centros urbanos mais próximos. Sempre os filhos do proprietário viajavam para o Recôncavo baiano ou para a capital; pois, além da entrega dos produtos retirados da terra e do mar, era nas feiras livres de Salvador e Nazaré das Farinhas (Figura 1) que adquiriam produtos necessários à vida das pessoas do lugar.

Foram essas e outras lembranças que colocaram Epitácio Monteiro de Lima e João Lima, dois irmãos e filhos do antigo dono da fazenda Matange, como sujeitos centrais da pesquisa. Suas trajetórias e a forma como cada um relembrou o passado e descodificou o presente demarcaram os horizontes dessa trama histórica.

Filho de uma relação extraconjugal de Clementino Lima, João Lima, mais conhecido como *Barreira*, foi o primeiro entrevistado da série de pesquisa de campo. À época, Barreira tinha 62 anos, calejado de labutar no mar, ele possuía fortes ligações com a vida marítima. Com os filhos criados e apenas parte deles trabalhando na pesca, Barreira concedeu entrevista ao lado da esposa, em sua casa, situada no centro da vila e vizinha a um bar de sua propriedade.

Considerado um dos principais pescadores do lugar e personagem de grandes feitos na pesca, como a façanha de ter trazido um tubarão lixa para as areias do Tairu, ele dispensou modéstia ao afirmar a sua afinidade com a profissão: *eu adoro a pescaria*. Em sua trajetória estão as elucidações de sua ligação com o oceano: aos quinze anos, decidiu vender um animal de carga, um presente do pai, e fez seu primeiro investimento na pesca. Assim ele explicou a iniciação na pescaria:

> *Numa jega que meu pai me deu, uma jega que meu pai me deu, eu vendi essa jega e comprei cinco quilos de fio, cordão, cordão. Vendi essa jega por 25 mil reis só deu para comprará 5 quilos de fio. Eu mesmo cozi ela toda, cozi ela toda e quando acabei, botava aí aval nas pedra.*[4]

À época, que se refere Barreira, as redes de pesca eram costuradas manualmente com um tipo de cordão resistente ao salitre. Mas, a sua manutenção requeria a aplicação de uma tinta retirada do caule de plantas dos mangues. Assim, Barreira fazia a manutenção de sua rede todas as vezes que a retirava do mar, sempre após *desmalhar* o pescado e a lagosta, capturados nos arrecifes próximos à praia do Tairu.

Após alguns anos, Barreira, com os ganhos da pesca, comprou uma grande canoa, e impulsionou a vida na pescaria. Conforme a sua narrativa, logo depois dessa aquisição, já nos anos sessenta, ele recebeu, de um engenheiro de obras do Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia, uma rede de nylon para o trabalho de meia no mar. Nos anos seguintes, sobre a canoa, ele lançava a rede nos arrecifes, próximos da praia, e todo fim de tarde dividia o resultado da pesca com o engenheiro. Suas recordações sinalizam tempos de muita fartura no mar e a formalização de novas relações de trabalho que já denotavam os primeiros contatos com sujeitos provenientes de outras regiões, gérmen da desestruturação do trabalho familiar no coração do povoado de Tairu. A própria introdução da rede de nylon mudaria completamente as operações de pesca, pois estimulou a individualização do trabalho e condicionou os pescadores a novos horários de labor, submetendo-os às demandas e pressões do mercado externo.

Com a pesca, João Lima conseguiu levantar dinheiro para comprar, de maneira parcelada, suas redes de nylon, em uma casa comercial na Cidade Baixa de Salvador. Daí em diante, Barreira seguiu a vida e sustentou a sua família com os ganhos da pescaria. Após a morte do pai e a partilha das terras da fazenda Matange, Barreira presenciou e

[4] João Lima, entrevistado em 16 de agosto de 1996.

participou das negociações com corretores imobiliários que, após a conclusão da rodovia de acesso a Itaparica, começaram a comprar terras litorâneas pertencentes aos nativos. [5] Esse acontecimento solidificou uma memória quase coletiva, cujas recordações da maior parte dos moradores locais realçam a passagem para uma nova etapa: o *tempo da modernagem*, ou, o tempo das incertezas.

Em seu depoimento, Barreira falou sobre a forma com ele e seus irmãos foram se desfazendo, principalmente, das faixas de terras litorâneas:

> *As minhas irmandades, inclusive eu, nós vendemos (por) uma besteira de dinheiro, mas vendeu, não deu! Agora, alguém que fez alguma resguarda, ainda tem onde morar, conforme eu digo. Eu ainda estou morando aqui no que é meu. Não paguei, não comprei, mas tem outros aí que até lugar para morar não tem.*[6]

Conforme a percepção que se tem hoje, poucos tiveram o sucesso de Barreira. Como ele mesmo afirmou, vendeu parcela de sua herança ao longo dos anos, mas ficou com parte de sua terra, bem no centro da vila, onde construiu sua moradia. Ao lado da residência ele também construiu outra casa, local onde abriu um bar, cuja rotina de trabalho revezava com os filhos. Do bar Barreira conseguia tirar, eventualmente, dinheiro para completar o orçamento doméstico, exceto nas ocasiões em que era obrigado a canalizar os ganhos da pesca para manter o próprio estabelecimento comercial. Apesar de várias mudanças ocorridas na velha Matange e em sua própria vida, Barreira ainda era um dos poucos a sustentar a tradição do trabalho familiar como é o costume dos pescadores artesanais.

Em outra passagem da entrevista, meio desconcertado, ele trouxe recordações de seu pai, "um homem que dava pá fazê estripulia" e "teve três famílias". Nas lembranças de Barreira ainda pairam momentos da trajetória do fundador da Matange. Ele também explicou como guardou parte da herança deixada por seu pai. Nesse momento, ele também explicitou a origem de tudo e o surgimento de Tairu:

> *Meu pai foi o introdutor. Nisso, hoje se ele fosse vivo, ele tinha na faixa de cento e tantos neto. Filho, ele deixou quatorze. E neto, hoje teria cento e tanto ou mais. Quer dizer que eu sou o mais moderno e acho que filho dele já tem acho que vinte e dois netos. Eu sou porque, meu pai teve três famílias, ouviu? Meu pai era um! Foi um homem que dava para fazer estripulia! Teve três famílias, todo mundo aqui, nessa vila. Era uma fazenda e ele era o dono. Não era Tairu, era Matange! Porque hoje Matange é o fundo da fazenda, mas de primeira, o fundo era aqui e a frente era lá. Isso aí está na faixa de uns quarenta anos ou cinquenta. Agora, que ele tomou posse, tomou há muitos anos, porque eu nasci aqui e estou com sessenta e dois.*[7]

O depoimento de Barreira foi essencial para entendermos a constituição da família e ao mesmo tempo nos revelou algumas tensões existentes no seio da comunidade de Tairu. Mas essas questões só seriam compreensíveis após prosseguirmos as entrevistas e conhecermos outros entrevistados. Ao contrário de Barreira, boa parte de seus irmãos, e parentes, venderam os terrenos litorâneos e passaram a morar em locais afastados do povoado. À medida que os nativos se desfaziam das terras próximas à praia, a paisagem da vila se modificava. As antigas casas de taipa eram substituídas por novas construções de alvenaria, com telhas à vista e condomínios apareceram a cada temporada de veraneio.

Uma das questões centrais na narrativa de Barreira foi como se deram as negociações com atravessadores e corretores de imóveis nos últimos trinta anos. Na época das negociações, os nativos não tiveram a percepção das consequências que trariam aqueles negócios e os posteriores empreendimentos. A perda de territorialidade, de identidade e de velhos costumes locais só seriam percebidos bem mais tarde. Mas, na narrativa de Barreira, o tempo presente talvez tenha sido o

[5] Pelo seu formato retangular, as praias de Itaparica, situadas na parte costeira, de frente para a Baía de Todos os Santos, tornaram-se as mais cobiçadas pelo mercado imobiliário no decorrer da crescente onda de especulação de imóveis desencadeada justamente nos finais dos anos 1960. O outro lado da Ilha, a chamada contra-costa, por ser uma região dominada por manguezais e solo argiloso, não logrou grande apreço e foi justamente nessas áreas que a população nativa encontrou possibilidade de refúgio.

[6] João Lima, entrevistado em 16 de agosto de 1996.

[7] João Lima, entrevistado em 16 de agosto de 1996.

momento de rever prováveis "injustiças" ocorridas no passado. A noção de justiça para ele não foi a mesma para outros.

Legatário de parte minoritária da fazenda, Barreira superou dificuldades, manteve residência no núcleo da vila e sustentou a sua família através da pesca. Em 1996, durante a sua entrevista, João Lima dizia-se satisfeito por ter criado seus filhos, por morar numa casa confortável e ser pescador. Ele ainda trabalhava em seu saveiro, na companhia de seus filhos e não escondia os significados que a pesca possuía em sua vida: "Das irmandades mermo quem gosta de pesca sou eu mesmo".

> *Adoro a pescaria. Tô satisfeito quando vejo de manhã o mar bonito que eu tô em cima dele aí fico!*[8]

Assim como Barreira, a maior parte dos entrevistados interpretou o tempo da Matange como uma época de fartura e de sociabilidades entre os membros da comunidade. Consideraram ter sido um tempo em que as coisas eram razoavelmente previsíveis, planejadas, ao contrário do tempo posterior, o tempo das incertezas. No tempo da Matange, havia, segundo eles, um espírito de coletividade, fartura do pescado e dos mariscos, o que permitia uma boa qualidade de vida e variedade na dieta alimentar, além dos períodos de festas e de lazer. Como disse uma das entrevistadas no curso da pesquisa:

> *Naquela época o povo era mais civilizado, não tinha essa ganância. E hoje em dia tem mais gente do que comida...*[9]

O recurso da memória aqui nos colocou diante de uma questão interessante de ser analisada e que norteou parte de nossa pesquisa: pessoas relatam o passado avaliando as condições materiais de sua existência no tempo presente. Esse passado pode ser idealizado como um tempo de fartura e de solidariedade, mas também pode ser explicado como uma época difícil de viver. Voltemos à narrativa de Barreira para percebermos como ele retratou esse tempo, em exasperada tonalidade de voz:

> *Aqui, eu não sei porque o povo viveu, porque era bem... difícil, viu? Para ir a Salvador então, tinha que sair daqui doze horas da noite. Pegava a praia vazia, ou vazia ou cheia, conforme a necessidade dele. Ele esperava a maré chegar na posição. Saía daqui pra Mar Grande, Jaburu, pra tomar a lancha. Atravessava pra Salvador, fazia o que tinha de fazer, retornava duas horas da tarde. Pegava ela no Mercado Modelo, tornava atravessar; saltava em Mar Grande, chegava dez, onze horas da noite. Era uma vida sofrida antigamente. Que é que você tá pensando que é essa vida? Que era sofrida mermo!*[10]

Barreira relatava as dificuldades da locomoção para se chegar aos centros urbanos. Talvez, pelo fato de hoje ele possuir saveiro motorizado a sua visão sobre esse aspecto seja bem particular. A força propulsora das modernas embarcações encurtou distâncias e promoveu melhorias na qualidade de vida de alguns, mas excluiu outros no processo de individualização da pesca e as interpretações sobre esse processo foram diversas. Para o seu irmão, o Zinho Lima, as coisas foram vistas de forma bem diferente. Tendo por nome de batismo Epitácio Lima, ele foi um dos filhos mais velhos do dono da fazenda. Em seus últimos anos de vida, Zinho Lima, bastante idoso, morava numa modesta residência e vivia dos recursos da aposentadoria do INSS.

Em todas as entrevistas concedidas, Zinho pautou a sua narrativa em dois temas centrais: Justiça e solidariedade. Foi por meio dele que chegamos à sua esposa, conhecida por dona Roxinha. Nas recordações do Zinho há registros do tempo em que se compartilhava o resultado do trabalho coletivo, mas as mudanças, ocorridas em um determinado momento, alteraram rapidamente a organização da pesca e de outras dimensões da vida em Tairu. Um dia, na porta de sua casa, ele cravou:

> *Naquela época todo mundo trabalhava, ninguém ficava de fora não. Todo mundo fazia força. Depois de tudo vinha o mestre e dividia tudo e dava o quinhão a todo mundo. Agora, depois que passou pra modernagem, é cachaça, é cigarro. Eu vou fazer força para os outros ficarem vermelhos?*

[8] João Lima, entrevistado em 16 de agosto de 1996.
[9] Entrevista feita com D. Roxinha. Feita em 29 de julho de 1998.
[10] João Lima, entrevistado em 26 de agosto de 1996.

Ainda depois de tudo, fica um olhando o quinhão do outro, pra, se tiver mais, tomar...[11]

Zinho buscou evidenciar em sua narrativa, passagens decisórias na vida comunitária. Cadenciando a fala, e intercalando-a por silêncios e mirando o horizonte, ele associava as mudanças da vida quotidiana e as alterações nos modos de vida ao processo de desagregação familiar e perda de identidade de muitos moradores com a pesca. Em outra passagem de uma das entrevistas, ele relatou a história da divisão da fazenda Matange, como a origem de todo o processo de desestruturação da comunidade:

Nós dividimos. Cada um tem doze braças e meia, eu mesmo tenho desse muro até aquele rio ali. Doze braças e meia. Meu outro irmão Carrinho, dali ali subida que tinha dali pá lá é de uma irmã minha que morreu, onde a filha mora, a filha dela mora ali. Dali pá lá já é uma irmã minha que mora em Barra Grande chamada Yoná, a mais velha. Dali para lá é outro terreno de um irmão meu que morreu, ficou a ponte e os filhos tomou conta, tem quatro filhos. Eles agora venderam, aí a um rapaz, venderam e ficou de nada, sem um lugar.[12]

A entrevista com Zinho Lima explicava assim as tensões existentes no seio da comunidade, já suscitadas por Barreira, além de fatores externos que pressionavam a vida na vila de fora para dentro. Ao se referir aos irmãos, por parte de pai, ele expressou, nas entrelinhas, como a partilha da propriedade gerou conflitos:

E lá em cima de tudo, no encostado na ponte é de uma irmandade que ele tinha uma mulher aí por fora, e tinha, parece que quatro ou cinco filhos. É o que Barreira pertence, que é meu irmão por parte de pai, esse terreno que é dividido com os irmãos de Barreira. Ele mandou em vida que desse a parte que coubesse, desse a eles, eles lá que dividisse. Eles queriam até que cada um, acho que sete filhos, que a gente desse, e pronto. Acabou! Ele mandou dá uma parte para vocês dividi. Entreguemos, pronto aí eles venderam, tá vendendo aí, o mais sabido botou as irmã pá trás, virou mais sabido vendeu tudo; Giró, meu irmão que tinha aí, um irmão de Barreira. Vendeu a metade, os terrenos tudo aí dos irmãos, as irmã boba, ele mais sabido, vendeu, vendeu, vendeu tudo, fizeram um cabuçu cá para o fundo ele vendeu quase tudo. O terreno dela aí parece que tem quatro ou cinco irmãos, toda vida teve, pertenceu o terreno.[13]

Zinho era o segundo irmão mais velho da primeira família do proprietário da fazenda Matange. Ele possuía uma trajetória diferente da de seus demais irmãos. Durante quase toda a vida, ele não se dedicou, exclusivamente, à pescaria; contentava-se em ajudar no arrasto de rede ou no trabalho sobre canoas, recebendo parte que lhe cabia pela ajuda prestada: *o quinhão*.

Seu ramo foi o trabalho de roça e, em épocas de coleta de piaçava e do coco seco, ele contratava prestadores de serviços, procedentes do Recôncavo continental, para trabalhar na Matange. A entrevista de Zinho revelou detalhes dos conflitos travados entre os irmãos do primeiro e do segundo relacionamento de seu pai pela posse das terras da fazenda. Segundo ele, a fazenda teria sido dividida em sete partes, cada uma medindo doze braças e meia, e coube aos filhos do primeiro casamento, seis sétimos de toda a herança, enquanto Barreira e suas *"irmandades"* lograram a sétima parte da propriedade. Suas declarações explicavam, em parte, as insinuações de Barreira.

Para ambos, a divisão da fazenda representou o momento de desestruturação familiar e alterações nas formas de viver da comunidade. Uma vez desestruturada a família, em razão da luta pela terra, toda a vida, pautada nas formas de organização e nos laços de solidariedade do trabalho familiar, foi modificada significativamente. E, como asseverou Barreira na sua entrevista:

"aí agora, cada qual tomou um destino"[14]

Dessa forma, a partilha da terra abriu caminho para que, aos poucos, prevalecesse a individualização do trabalho na vida cotidiana. A pesca artesanal e coletiva, consequentemente, cedeu lugar a outras formas que, "apesar de

[11] Entrevista concedida por Epitácio Monteiro de Lima, o Zinho Lima. Tairu, 09 de abril de 1997.
[12] Idem.
[13] Epitácio Monteiro de Lima, entrevistado em 09 de abril de 1997.
[14] João Lima, entrevistado em 16 de agosto de 1996.

coletivo, transforma o trabalhador em indivíduo isolado dos outros e do processo mais global da produção" (BORELLI,1992).

Nesse contexto, as trajetórias de Zinho Lima e Barreira foram cruzadas por fenômenos sociais emblemáticos e resultaram na construção de uma memória individual que expressou não só a experiência da modernagem, mas a maneira particular de como cada um dos sujeitos reelaborou e ajustou esse passado, conforme as condições do tempo presente.

CONCLUSÕES

O conjunto de entrevistas colhidas durante a pesquisa de campo ofereceu um importante manancial de memórias que permitiu entender a complexidade das mudanças ocorridas na ilha de Itaparica, com análise particular na vila de Tairu. Especialmente o enfrentamento com as memórias de dois dos nossos entrevistados tornou possível compreender como esses dois sujeitos que viveram um mesmo processo histórico em uma localidade de pescadores litorâneos, interpretaram, de modo bem particular, as transformações do presente e reelaboraram, cada qual a seu modo, um passado não muito distante.

Para um, o tempo da fazenda Matange foi descrito como a época de grandes virtudes e bonança. Ao presente, o tempo da modernagem, ele descreveu como resultado de todas as tragédias vividas pelos membros mais antigos da comunidade. Já o outro formulou uma visão do passado de muitas dificuldades e um presente como algo efetivamente salutar. O que teria motivado esses dois irmãos a formularem interpretações bastante díspares de dois importantes momentos de suas vidas? Algumas das respostas a essa questão estão nos resultados obtidos a partir da escuta atenta das entrevistas.

Para além da hipótese inicialmente formulada, identificamos que pela ausência de perspectiva de vida na localidade, muitos migraram em direção à capital ou para cidades interioranas na busca de emprego e de nova vida. [15] Outros, por diferentes razões, mergulharam na completa pobreza após se desfazerem de suas terras, herança da Matange que, aos poucos, deixava de existir e virava condomínios fechados.

As pressões externas impulsionaram aumento nas jornadas de trabalho e a introdução de novos instrumentos de pesca foi, aos poucos, individualizando o trabalho em terra e mar. Como resultado, o trabalho marítimo voltou-se para atender as expectativas de um mercado consumidor do entorno e regional e não mais às necessidades da comunidade.

Esses fatores estiveram associados à própria desagregação familiar, à divisão das terras e à consequente expropriação do povo nativo. Também forjaram a demarcação de áreas restritas aos veranistas e a proibição de acesso por parte dos nativos às antigas áreas coletivas. Torna-se evidente que para alguns nativos que se sobressaíram relativamente bem no jogo da nova economia de mercado, as coisas foram interpretadas de forma positiva. Para outros que mergulharam no fracasso e não se engajaram na economia de mercado e se apropriaram dos novos instrumentos de trabalho, o presente representou uma tragédia em suas vidas e, por extensão, para a própria vida em comunidade.

Finalmente, retomemos aqui três conceitos tratados no texto, para compreendermos como a linguagem oral expressou uma memória resultante dos significados atribuídos a esses próprios conceitos. *Família*, *relações de trabalho* e *modernagem* precisam aqui ser matizadas.

No passado, a família foi a instituição aglutinadora e responsável por todo o ordenamento nas relações de trabalho e demais ações da vida quotidiana. Ela era a entidade responsável pela definição das relações de poder, diluída pelo senso de coletividade. A ausência de uma legislação trabalhista, que regulamentasse as relações laboriosas, evidenciava a força do costume como elemento regulador das rotinas de trabalho local. Era o costume que ditava o modo como a pesca seria executada, quais as atribuições do mestre e

[15] Relatórios do CONDER, CEI-1994 e Bahiatursa-1977; Informações básicas dos municípios baianos por microrregiões homogêneas. Centro de Planejamento e informações. Salvador, 1994. IBGE: Recenseamento de Itaparica 1970, 1980, 1991; Pastas dos municípios de Itaparica e Mar Grande (informações Gerais dos Municípios).

dos ajudantes e como o resultado do esforço coletivo seria dividido entre os participantes.

Ao final da década de 1960, essas instituições foram colocadas em xeque pela força avassaladora dos empreendimentos imobiliários e a economia de mercado. No cerne desse processo, elas deixaram de possuir força de coesão e organização comunitária. Foram esses os sinais que anunciaram a chegada de um novo tempo; o tempo da modernagem. A história da expropriação territorial e de mudanças dramáticas ocorridas em Tairu foi apenas uma entre as centenas de experiências vivenciadas por várias comunidades que compõem as populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil contemporâneo. Em nome do "progresso", da "modernização" e do "desenvolvimento do país", essas populações são sistematicamente violentadas em seus direitos. Atônitas, assistem à tomada de seus territórios. Recifes são implodidos e mangues destruídos para as construções de portos, plataformas e marinas, que acomodam embarcações da gente endinheirada.

Nos finais dos anos sessenta, esses fenômenos foram anunciados, percebidos e posteriormente interpretados tanto por Zinho Lima quanto por João Lima, *o Barreira*. Suas narrativas descrevem momentos de angústias, frustrações, alegrias, sucessos, conquistas, decepções, aflição, além de outros sentimentos guardados nos cantos da memória de cada um deles. O modo como cada um narrou o passado e vislumbrou o presente estão, em certa medida, condicionados à própria experiência que tiveram com o que comumente denominaram de *modernagem*. Certamente, se João Lima e Epitácio Monteiro de Lima estivessem vivos, eles diriam algo muito semelhante ao que transcrevemos nessas últimas linhas. Afinal, foram eles e seus familiares, e mais ninguém, que viveram uma experiência da qual jamais esqueceram, a qual denominaram de *Tempo da Modernagem*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, V.Q. 2000. *Viver do barro: Trabalho e Quotidiano de oleiros de Maragogipinho (1960-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 152p.

BLUME, L.H.S. 2011. *"Viver de tudo que tem na maré": tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008.* Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 228p.

BORELLI, S.H.S. 1992. Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson. *Margem (PUCSP)*, **1:** 79-90.

BRAUDEL, F. 1991. *Escritos sobre a História.* Edições Debates, São Paulo: Edusp.

DELUMEAU, J. 1999. *História do Medo no Ocidente. 1300-1800.* São Paulo: Companhia das Letras.

DIEGUES, A.C.S. 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.* São Paulo: Ática.

ELLIS, M. 1968. *A baleia no Brasil Colonial.* São Paulo: Edusp.

FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (Eds.). 1996. *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GINZBURG, C. 1982. *O queijo e os vermes.* São Paulo: Companhia das Letras.

IVO, A.B.L. 1975. *Pesca: tradição e dependência*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. 275p.

LEVI, G. 2000. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MALDONADO, S.C. 1994. *Mestres e Marés. Espaço e indivisão na pesca marítima.* 2ª edição, São Paulo: Annablume.

MANESCHY, M.C. 1995. *Ajurutaua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPa/CFCH, 167 p.

OSÓRIO, U. *A Ilha de Itaparica: História e Tradição.* Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

RAMALHO, C.W.N. 2006. *Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.* São Paulo: Pólis.

REVEL, J. (Ed.) 1998. *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

THOMPSON, E.P. 1981. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

THOMPSON, E.P. 1998. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras.

THOMSON, A. 1997. Recompondo a memória. Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Revista Projeto História, São Paulo.*15: 51-84.

THOMSON, A.; FRISCH, M. & HAMILTON, P. 1996. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In:* FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (Eds.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 65-91.

WILLIAMS, R. 1969. *Cultura e sociedade.* Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional.

ZARUR, G.C.L. 1984. *Os pescadores do Golfo. Antropologia econômica de uma comunidade Norte-americana.* Rio de Janeiro: Achiane.